



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PETROBRÁS

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Augusto Coutinho)

Solicita a realização de Audiência Pública com o ex-diretor da empresa holandesa SBM Offshore, Jonathan David Taylor, para que preste esclarecimentos acerca do contrato celebrado entre a empresa e a estatal e indícios de corrupção na Petrobrás.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja convidado a comparecer a esta Comissão, a realizar-se em data a ser agendada, a fim de subsidiar informações quanto ao contrato celebrado entre a empresa holandesa SBM Offshore e a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás e indícios de corrupção na estatal:

1. Jonathan David Taylor, ex-diretor da empresa holandesa que celebrou contrato com a estatal brasileira.

J U S T I F I C A T I V A

Conforme veiculado na mídia em 14/04/2015, o ex-diretor da SBM Offshore, empresa holandesa que celebrou contrato com a Petrobrás, entregou à Controladora Geral da União (CGU) documentos comprobatórios de que a empresa pagou propina para fazer negócios com a estatal, através do lobista Júlio Faerman. Os documentos indicam quem a empresa estrangeira pagou o montante de US\$ 139 milhões ao lobista brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PETROBRÁS

Entre agosto e outubro de 2014, Jonathan David Taylor prestou depoimento à CGU e entregou documentos que demonstram estar havendo corrupção dentro da Petrobrás. Afirma ainda que, recebeu a visita de três funcionários da CGU no Reino Unido, entre os visitantes, o Hamilton Cruz, Diretor de Acordos e Cooperação Internacional da Controladoria. Contudo, o órgão somente abriu processo contra a SBM em novembro, após o segundo turno da eleição que garantiu a reeleição da Presidente Dilma Rousseff, sob a alegação que só processou a empresa holandesa em novembro, pois foi quando encontrou indícios mínimos de autoria e materialidade para demandar contra a empresa estrangeira.

Aduz o ex-diretor que repassou à Controladoria Geral da União, um relatório de uma auditoria interna da SBM, mensagens eletrônicas, contratos com Júlio Faerman, extratos de depósitos em paraísos fiscais, gravação de reunião da empresa e lista com nomes da Petrobrás.

Para ele, a inércia da CGU em iniciar o processo contra a empresa estrangeira teve motivação política, como uma manobra para proteger o PT e a Presidente Dilma, para evitar impacto negativo nas urnas.

Ainda sobre a propina, Jonathan David Taylor diz que o valor repassado ao lobista ultrapassa o valor indicado, uma vez que o comprometimento da SBM era de pelo menos US\$ 225 milhões.

Vale ressaltar que, conforme Pedro Barusco, um dos delatores da operação Lava Jato, a empresa SBM doou US\$ 300 mil à campanha eleitoral de da Presidente Dilma nas eleições de 2010, apontando o lobista Júlio Faerman como o intermediador da operação e fez com que o dinheiro chegasse ao Partido dos Trabalhadores (PT).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PETROBRÁS

Diante do exposto, entendo que a personalidade supracitada irá enriquecer o debate, vez que suas informações iram ajudar essa Comissão a averiguar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da Petrobrás.

Sala das Comissões, em de de 2015.

Deputado AUGUSTO COUTINHO
Solidariedade/PE